

## O ESTUDO DAS RESISTÊNCIAS: O DOPS E OS ACERVOS DA REPRESSÃO

Maicon Mauricio Vasconcelos Ferreira\*

A Gente vai contra a Corrente  
até não poder resistir  
na volta do barco é que sente  
o quanto deixou de cumprir  
(Roda Viva – Chico Buarque)

No esteio das reflexões sobre metodologia histórica e trato documental, direcionadas enquanto contributo para a concepção e dinâmica do *modus operandi* da história e do *modus faciendi* do Historiador, far-se-á aqui uma explanação sobre estas na qualidade de subsidiárias para pesquisa com mote sobre a *resistência*, - empreendida por uma categoria específica: a Juventude - mais especificamente delimitada sobretudo ao período da ditadura militar (1964-1969). Utilizando-se para tal do acervo SSP/DOPS, custodiado pelo Arquivo Estadual Jordão Emereciano, de Pernambuco, sobremaneira os Inquéritos Policiais Militares (IPMs)<sup>1</sup>

Resistência é um termo originário do latim *resistentia*, de *resistere*, formado pelo prefixo *re*, que aponta uma insistência e *sistere*: parar, permanecer. Desdobrado dessa maneira, no ato ou efeito de não ceder, manter a posição (Cf. CUNHA, 1982). Tanto no campo dos combates políticos bem como nas ciências sociais o termo é tendente, em majoritária, a uma acepção mais defensiva que ofensiva. (Cf. verbete “resistência” em BOBBIO. MATEUCCI, 1992. p. 1124-1126.)

O princípio orientador da pesquisa é a dialética entre poder e resistência, entrelaçada na dinâmica Sociedade Civil & Estado, aquela resistência expressa pela via do enfrentamento ao estado representante da ditadura. Como expôs Foucault, “somente através do estudo das resistências é possível fazer a história do funcionamento do maquinário do poder.” (FOUCAULT *apud* ALVIM, p. 196.)

Para tanto é salutar a ênfase enquanto exposição histórica, do cenário temporal em que foram empreendidas as resistências aqui abordadas: a década de 60 pós-instauração do golpe. Mais precisamente na região Nordeste.

“A ditadura instalada no País elegeu o Nordeste como uma região particularmente importante, perigosa, na qual desencadeou uma repressão política selvagem”, para todos os setores com reivindicações populares” (ANDRADE, 1989. p.8)

---

\* Mestrando e bolsista do CNPq pelo programa de Pós-Graduação em História da UFPE. E-mail: [maiconmauricio@hotmail.com](mailto:maiconmauricio@hotmail.com).



(...) em 1964 a repressão foi maior no nordeste porque se admitia que o “processo de comunistização” ali estava mais avançado e devia ser reprimido. Daí a tremenda perseguição que foi feita aos que colaboravam com Arraes, aos que tinham idéias de esquerda, mesmo não-comunistas, contra os que defendiam uma modernização do sistema de poder, contra os que reivindicavam melhores salários e melhores condições de trabalho. Contra os que refletiam sobre a precária situação da região e do país. Foram fortemente atingidas pessoas e instituições como a Sudene, os órgãos ligados aos governos estaduais, os sindicatos, a Igreja Católica, a Universidade tanto em seu corpo discente como docente, as instituições de cultura, etc. Tudo que cheirasse a cultura popular, a interesses populares, a reformas econômicas e sociais, a investigação científica, etc. era suspeito e passível de perseguição. (Idem. p.9)

No atinente ao Movimento Estudantil (ME), “nos anos 1960, constituiu-se num importante movimento que aglutinou não apenas os anseios da categoria estudantil, mas também da sociedade brasileira como um todo, especialmente nos primeiros anos que se seguiram ao golpe militar de 1964” (BENEVIDES, 2006. p.46). “Não foram verdadeiras revoluções, nem era provável que se transformassem em tais” (HOBSBAWM, 1995. p.432). Mas “os acontecimentos da década de 60, irrompem como um acontecimento explosivo” (VALLE, 2005. p.15), onde, diferente de hoje, que majoritariamente “a preocupação com essa faixa etária, em geral, só ganha destaque quando se refere às cifras alarmantes da violência ou, por outro lado, a moda, ao consumo e ao lazer” (CARMO, 2003. p.37), neste período se reconhece na juventude “uma potencialidade latente que pode ser mobilizada para uma via revolucionária” (ZANETI, 2001. p.28). Inclusive adverso ao “período imediatamente anterior ao golpe, quando da Presidência de João Goulart, [pois] começaria a se configurar um período de relações extremamente conflituosas entre estudantes e governos” (SANFELICE, 1986, p.30).

Já “no dia 1º de abril de 1964, o golpe militar mostrou, instantaneamente, a sua disposição com os estudantes. Destituído o governo legal, a UNE foi invadida, saqueada e queimada num paroxismo de ódio que escapa ao terreno puramente político para cair na esfera psiquiátrica” (POERNER, 2004. p.201.). “Toda essa repressão era favorecida pela indulgência plenária que entre si distribuíam os cruzados do combate ao comunismo” (Idem. p. 202.). Imprescindível se faz, apesar de não nos determos sobre a questão explícito e debruçadamente, a consideração analítica do contexto da guerra fria, elemento de influxo determinante nas temáticas aqui debatidas.

Nesse ínterim, é relevante mencionar que a resistência, já convertida em oposição aoregime estabelecido, é, pelos representantes formais do governo, disposta de forma simbiótica com a subversão. Sendo estes “subversivos” duramente perseguidos, na imposição da lógica da doutrina de segurança nacional, um dos pilares da ditadura<sup>2</sup>.

Pondere-se então que, os acervos como os do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), foram “produzidos com o intuito de incriminar determinadas pessoas. Acervos constituídos com este objetivo específico nos dizem mais acerca dos mecanismos e critérios da própria repressão do que sobre as pessoas que eles pretendem documentar” (ARAÚJO, 2004. p.135).

E igualmente,

não podemos nos esquecer que o DOPS foi, *par excellence*, um órgão gerenciador de informações que, acumuladas num arquivo geral e cruzadas entre si, garantiam a sustentação dos mitos, vistos aqui como uma das técnicas de controle das massas. Podemos afirmar que durante os anos em que o Brasil vivenciou regimes ditatoriais, uma série de mitos garantiu a manutenção de um determinado grupo no poder (militares ou não). E, ao longo dos 59 anos de existência do DOPS e suas “múltiplas filiais estaduais”, o mito da conspiração comunista internacional foi o que mais se manteve em evidência cristalizando-se ao nível do imaginário popular. Paralelamente a este, persistiu o mito da nacionalidade (ou da brasilidade) que anulava a dimensão individual do cidadão integrando-o no corpo da Nação. E aqueles que não se enquadravam no modelo idealizado pelo regime eram rotulados de indesejáveis e, como tais vigiados, perseguidos e eliminados. Aliás, este é o processo de metamorfose que acompanha o declínio de todo Estado liberal: suspeita, vigilância e eliminação (CARNEIRO, S/d. p.5).

Ademais, “parte significativa da documentação referente à história da resistência brasileira desapareceu, em larga medida, pelas dificuldades dos próprios militantes em manter os conjuntos documentais referentes às organizações e seus membros, em constante processo de fugas e ocultamentos, dado o longo período de clandestinidade” (IOKOI, 1998. p. 277). Como atesta acertadamente um militante do Recife, que atuou no período, “naqueles tempos difíceis, éramos obrigados a destruir inúmeros documentos, quando das ondas repressivas, que teriam, hoje, grande valor histórico” (SARAIVA, 2012. p.58).

Entretanto, com a abertura, ainda que parcial, dos arquivos da polícia política brasileira “os pesquisadores têm a oportunidade de avaliar não apenas o mundo da repressão, como também, de reconstituir o mundo fantástico da resistência que, felizmente, não se calou durante os momentos de autoritarismo” (CARNEIRO, S/d. p.1)

Era a partir dos Inquéritos Policiais Militares corporificados em uma dura vigilância, esteada pelo Sistema Nacional de Informações (SNI), contando com agentes infiltrados nas universidades, colégios secundaristas, instituições, órgãos públicos e etc., que as perseguições ocorriam, burocrático e legalmente.

Na adoção sistemática da política de ‘Repressão Preventiva’, foi ignorada “a lógica - invertendo qualquer princípio jurídico - de escolher sempre a interpretação mais desfavorável às pessoas acusadas de oposição política ao regime, de contrariar expressamente os

dispositivos legais que lhes fossem favoráveis” (COIMBRA, 2000. p.15). Esse autoritarismo criminoso estava presente “em todos os passos do procedimento jurídico, desde a instalação do inquérito até o fim do processo, com o julgamento” (Ibidem). Diga-se, em complementaridade, que,

a técnica de infiltração consistia em suspeitar, em princípio, de todos, coletar e arquivar quaisquer dados obtidos e entregá-los, por escrito, à polícia. Ali estes seriam classificados com palavras-chave extremamente sugestivas, por caracterizarem uma gradação em que se colocava num extremo o inimigo mais perigoso, e em outro, aqueles que estariam, provavelmente, dispostos a cooperar. Obedecendo a esta ordem, cite-se um exemplo desta técnica de arquivamento: *terrorista, fanáticocomunista, esquerdista ou socialista, subversivo, autor de atos indiretamente subversivos, inocente útil, idôneo ou confiável* (MAGALHÃES, 1997.).

Os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) foram instituídos através do Decreto Lei nº. 53.897, de 27 de abril de 1964, objetivando o reconhecimento dos ditos “subversivos”, seja civil ou militar, para tal foram formadas comissões especiais de inquérito em várias instâncias: órgãos governamentais, ministérios, empresas estatais, universidades e outras entidades governamentais, constituindo-se, os IPMs, “num mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e a eliminação do ‘inimigo interno’” (CAVALARI, 1987. p.17)

Nessa perspectiva, “por ordem do Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, em Abril de 64, foram instalados, em todas as Universidades, Inquéritos Policiais Militares (IPMs), a fim de detectar e erradicar “agentes comunistas” que haviam de infiltrado nessas instituições” (Idem, 1987. p.38).

A já difícil atuação de militância dos estudantes, bem como de outras categorias populares, após a instauração do AI-5, agrava-se, quase lhes impossibilitando a manutenção de uma resistência frontal ao regime autoritário, haja vista que a ininterrupta e cruel perseguição aos sindicalistas, às lideranças estudantis, aos intelectuais e aos demais opositores a ditadura, desencadeou um refluxo do movimento, símile ao ocorrido quando da instauração no golpe, porém de menor amplitude.

Quanto ao Movimento Estudantil Organizado, o panorama sobrepesou agudamente, quando da promulgação do decreto nº 477. Esse decreto, emitido em 26 de fevereiro de 1969, “punia estudantes e professores que se envolvessem em manifestações de caráter político-partidário. Aos estudantes que o desobedecessem, o Decreto determinava o impedimento de se matricular por até 3 (três) anos numa Faculdade” (BRITO. p.180).

Entre 1964-1968, período de maior repressão aos movimentos de ordem contestatória ao regime instaurado, e momento em que se verificaram mais explicitamente os meios de reação liderados pelo movimento estudantil (OLIVEIRA, 2010. p. 35), a grande imprensa empreendia, evidentemente, um discurso colaboracionista com o regime ditatorial. Para divulgação da lei – decreto 477 -, a qual reproduz na íntegra, o Jornal Diário de Pernambuco anuncia em sua manchete “punições severas para alunos ou professores que agitarem escolas” (Jornal Diário de Pernambuco, 26.2.1969).

Efetivando-se o anunciado supramencionado, já em 21 de maio do mesmo ano, o citado Jornal informa – ao se referir a então Fundação de Ensino Superior de Pernambuco, hoje Universidade de Pernambuco - “medicina cassa mais 5 alunos”, além da advertência a dez outros estudantes, os quais foram intimados a comparecer no mesmo dia à administração daquela universidade. Como medida disciplinar, aos punidos, é proibida a entrada na Faculdade de Ciências Médicas, bem como no Hospital Oswaldo Cruz. Sendo todos estes acusados “como participantes em movimentos subversivos” (Idem. 21.5.1969).

“A lista dos cassados foi feita principalmente a partir dos estudantes presos no Congresso de Ibiúna. A documentação por ora disponível não permite afirmar de modo conclusivo os critérios de confecção da lista dos cassados” (BRITO, 2008. p.181).

Em meados de abril de 1969, iniciaram-se em Recife as cassações de estudantes, por meio do decreto 477. A interrupção do direito de frequentar a Universidade constituía uma violência sem limites, naquilo que os historiadores reconheceriam como “golpe dentro do golpe”: os jornais locais passaram a publicar listas seriadas das diversas faculdades com os nomes dos estudantes atingidos pelo AI-5, vindas do Comando do IV Exército, por delegação do Ministro da Educação, Jarbas Passarinho (CAVALARI, 1987. p. 139).

“Durante seus 10 anos de existência, o Decreto Lei 477, foi utilizado 245 vezes, atingindo 12 estudantes do ensino médio, 228 do ensino superior, 3 professores e funcionários de instituições universitárias” (Estado de São Paulo apud CAVALARI, 1987. p140). A perseguição em Pernambuco aos estudantes foi tão expressiva, que este enquadra-se como o 2º estado mais atingido pelo 477, sendo 60 estudantes punidos pelo Decreto Lei, sendo superado apenas pelo Rio de Janeiro, com 82 punições, o que desnuda inclusive a posição combativa ocupada pelo movimento estudantil de Pernambuco, bem como a organicidade da repressão do regime.

“A História política de Pernambuco está marcada, desde a primeira metade deste século, pela atuação das forças de esquerda, em especial os comunistas e os socialistas, e posteriormente os trabalhistas (JACCOUD, 2012. p.206). A importância do Movimento

Estudantil em Pernambuco como força de combate a ditaduraé patente,o estado detinha a 5ª maior população do país, assim como ocupava a 6ª colocação no número de matrículas no ensino superior (CAPES,1965). Sendo significativo endossar que “nos anos 1960, o ME se constituiu num importante movimento que aglutinou não apenas os anseios da categoria estudantil, mas também da sociedade brasileira como um todo, especialmente nos primeiros anos que se seguiram ao golpe militar de 1964” (BENEVIDES, 2006. p.34), Configurando-se

imperativo combater o complexo de inferioridade política generalizado no movimento estudantil; a noção de que os estudantes são apenas "intelectuais" e uma "elite" privilegiada e, assim, uma força subordinada que só pode se tornar eficaz se abandonar sua própria posição. Esta noção é uma ofensa a quantos sacrificaram suas vidas, aos que continuam arriscando a vida em todas as manifestações contra os poderes estabelecidos. Se no terceiro mundo os estudantes são uma vanguarda revolucionária estão sendo, aos milhares, as vítimas do terror então o seu papel na luta pela libertação indica uma característica de revolução global em gestação, a saber, a força decisiva e uma consciência radical. No terceiro mundo, os estudantes militantes articulam diretamente a rebelião do povo; nos países capitalistas eles não têm (ainda) essa função vanguardista. (MARCUSE, 1979. p.59)

“A ditadura instalada no País elegeu o Nordeste como uma região particularmente importante, perigosa, na qual desencadeou uma repressão política selvagem”, para todos os setores com reivindicações populares. No Livro *Retrato da Repressão Política no Campo*, em relatos e narrações das cruentas torturas, é descrita a punição “em que o trabalhador é mergulhado em um tanque com mel e, amarrado pelo pescoço, conduzido para ser lambido por vacas, ficando com o corpo em carne viva”.

No movimento estudantil é emblemático, no tocante a essa crueldade desmedida, empreendida por agentes da capital pernambucana, o caso do líder estudantil da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), e militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Odijas Carvalho de Souza, o qual foi cruelmente torturado:



ODIJAS DE  
CARVALHO  
(1945-1971)  
FONTE: Brasil, 2007.

Depoimento do preso político Alberto Vinicius de Melo descreve em detalhes o suplício: “No dia 30 de janeiro de 1971 fui acordado cedo por uma grande movimentação. Por volta das 7h, Odijas passou diante da cela, conduzido por policiais. (...) Apesar da existência da porta demadeira isolando a sala do corredor, chegaram até nós os gritos de Odijas, os ruídos das pancadas e das perguntas cada vez mais histéricas dos torturadores. Durante esse período, Odijas foi trazido algumas vezes até o banheiro, colocado sob o chuveiro para em seguida retornar ao suplício. Em uma dessas vezes, ele chegou até minha cela e pediu-me uma calça emprestada, porque a parte posterior de suas coxas estava em carne viva. Os torturadores animalizados se excitavam ainda mais, redobrando os golpes exatamente ali. Em um determinado momento, nossa tensão, angústia e impotência eram tão grandes que Tarzan (outro preso político) resolveu contar os golpes e gritos sucessivos. Lembro-me que a contagem passou dos 300. Por volta das 2h, os torturadores, extenuados e vencidos, colocaram Odijas na cela. Passados alguns minutos, apareceu o delegado Silvestre. Visivelmente irritado, gritando com os



torturadores, ordenou o reinício do assassinato que se prolongou até 4h do dia 31 de janeiro. Desse dia ao dia 5 não foi mais torturado fisicamente. Seu estado de saúde era gravíssimo. Estava com retenção de urina, vomitando sangue e sem alimentar-se. Foi retirado uma vez para um hospital, onde urinou por meio de sonda. O ódio e a selvageria dos torturadores deixaram que ele definhasse, sem assistência médica, até, finalmente, sem possibilidade de sobrevivência, ser retirado às pressas para um hospital, vindo a falecer três dias depois”. (BRASIL, 2007. p.147)

Atente-se que, em 1971, numa fase em que os interrogadores contavam com maior especialização de suas técnicas, devido a treinamentos específicos -inclusive no próprio Panamá -, um dos preceitos metodológicos ministrados nestes cursos sobre técnicas de informações “era fazer cansar o interrogado. Por exemplo, começa-se o interrogatório às duas horas da tarde e, às cinco horas da manhã seguinte, o indivíduo ainda está sendo interrogado” (MAGALHÃES, 2007. p.3), o cumprimento destas prescrições é evidente no caso de Odijas.

Outro caso de extrema crueldade e perversidade foi o assassinato do auxiliar direto de Dom Helder Câmara, Antônio Henrique Pereira Neto, conhecido como Padre Henrique. O sacerdote era constantemente ameaçado, inclusive pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC), sendo ele, diga-se de passagem, o celebrante da missa em memória de Edson Luiz de Lima Souto, em 1968. Sequestraram-no em 26 de maio de 1969, mas seu corpo só foi encontrado no dia seguinte “em um matagal da Cidade Universitária de Recife, pendurado de cabeça para baixo numa árvore, com marcas evidentes de tortura: hematomas, queimaduras de cigarro, cortes profundos por todo o corpo, castração e dois ferimentos produzidos por arma de fogo.” (BRASIL, 2007. p.96)



PADRE HENRIQUE  
(1940-1969)  
FONTE: Brasil, 2007.

No inquérito aberto no Tribunal de Justiça de Pernambuco para apurar as circunstâncias da morte foram acusados como responsáveis pelo seqüestro, tortura e morte do Padre, Rogério Matos do Nascimento, o delegado Bartolomeu Gibson, o investigador de polícia Cícero Albuquerque, o tenente José Ferreira dos Anjos, da PM, Pedro Jorge Bezerra Leite, José Caldas Tavares e Michel Maurice Och. Segundo o desembargador Agamenon Duarte de Lima, do Tribunal de Justiça de Pernambuco, “há provas da participação do CCC no assassinato do Padre Henrique, mas é possível que também esteja implicado no episódio o Serviço Secreto dos Estados Unidos, a CIA”. Mesmo assim, o inquérito foi arquivado e nenhum dos acusados foi condenado, apesar dos testemunhos e das provas irrefutáveis. (BRASIL, 2007. p.96)

Igualmente tantos outros mortos e desaparecidos políticos durante o período da ditadura civil militar brasileira, com o Padre Henrique, a impunidade é a palavra de ordem que tenta silenciar o passado e absolver os culpados. Hodiernamente, em Pernambuco como

nos demais estados, apresenta-se uma comissão da verdade e da memória, instituída pelo estado, que ausenta a Justiça do seu nome e do seu dever político. Como fora originalmente pensada (Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça).

O acesso aos documentos sigilosos da ditadura ainda é orientado de modo assistemático, muitos destes sendo vetados em sua consecução ao cidadão brasileiro ou mesmo ao pesquisador. E como pontua Carlos Fico (2008. p.76): “não deve se dissociar da dimensão política de que se reveste, legitimamente, a questão dos documentos sigilosos da ditadura militar brasileira: devemos continuar lutando pelo direito de fazer e conhecer a história brasileira em sua plenitude.”

Nesse cenário enquadra-se a documentação dos militantes da Escola de Engenharia de Pernambuco, a qual teve importância destacada no movimento estudantil combatente à ditadura civil-militar brasileira. No entendimento do então Presidente do Diretório Acadêmico de lá, o hoje senador Cristovam Buarque,

mil novecentos e sessenta e quatro significou uma ruptura do tipo de desenvolvimento que buscava usar a liberdade para construir a igualdade para um desenvolvimento que usava o autoritarismo para ampliar e consolidar a desigualdade, como forma de, se não possível imitar aqui um país rico para todos, que se fizesse uma parte do país rico para poucos. Construindo-se uma apartação. A apartação, a divisão da sociedade brasileira em duas partes separadas, estanques, não é o resultado de erros de engenharia ou da economia, é o resultado do sucesso dessas duas áreas (BUARQUE *In* AGUIAR. MONTEIRO. SIQUEIRA, 1995. p.147)

No movimento estudantil também merece menção a Ação Popular (AP), que no período entre 1964 e 1968, manteve presença marcante no movimento estudantil, disputando com as dissidências do PCB a hegemonia, além de desenvolver trabalho de agitação revolucionária em áreas do campo e em fábricas” (REIS FILHO. SÁ. 2006. pp.49-50), em Pernambuco sua presença foi igualmente muito significativa, norteadada pelo “Cristianismo da Libertação” - como intitula Michel Lowy (2007) - ou “Romantismo Revolucionário”, que “caracteriza-se também pela ênfase na prática, na ação, na coragem, na disposição, na vontade de transformação, muitas vezes em detrimento da teoria e dos limites impostos pelas circunstâncias históricas objetivas” (RIDENTI, 1998. p.24). Foi no ano de 1969 que uma reunião ocorrida em junho aprovaram a pauta de “preparar ativamente a guerra popular – e ratificou a adesão a luta armada a partir do campo” (REIS FILHO. SÁ. 2006. p.49).

A juventude católica de esquerda desse período - Juventude Agrária Católica (JAC); a Juventude Estudantil Católica (JEC); a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), sendo a última o berço da Ação Popular (AP) - imprime papel



destacado no combate a ditadura. Os seus vários movimentos resistem ao regime e são ampla e intensamente encaçados pelo SNI (Sistema Nacional de Informações) e Departamento de Ordem Política Social (DOPS). Muitos são os prontuários e inquéritos que denotam o temor do estado destes grupos, no sentido de articuladores de um processo que desencadeasse a derrubada do regime estabelecido, como assinala o documento a seguir, referente a JUC: “Segundo consta, ainda dentro de poucos dias será iniciado o movimento de ruas, pelos operários e demais classes trabalhadoras, sob o pretexto da luta pela manutenção da estabilidade, aposentadoria aos quarenta anos de serviço e alto custo de vida”(APEJE - Arquivo Estadual Jordão Emereciano: Juventude Universitária Católica (JUC), Fundo SSP/DOPS, Prontuário nº 26.637).

No decorrer do processo de resistência e combate ao regime ditatorial instalado, alguns destes grupos católicos supramencionados, integrantes, inicialmente, de um *Romantismo Revolucionário*, radicalizam-se, utilizando-se, inclusive, de princípios marxistas. Assim,

a descoberta do marxismo pela esquerda cristã não foi um processo puramente intelectual ou universitário. Seu ponto de partida foi um fato social evidente, uma realidade maciça e brutal no Brasil: a pobreza. O marxismo foi escolhido porque parecia oferecer a explicação mais sistemática, coerente e global das causas dessa pobreza e, ao mesmo tempo, uma proposta radical para sua supressão. Para lutar de forma eficaz contra a pobreza e superar limites da visão caritativa tradicional da igreja, era necessário compreender suas causas. Como resumiu dom Helder Câmara: “enquanto eu pedia às pessoas que ajudassem aos pobres, diziam que eu era um santo. Mas quanto fiz a pergunta: ‘Por que existe tanta pobreza?’, me chamaram de comunista (LOWY, 2007. p.413).

É indispensável, na discussão sobre acervo, pesquisa histórica e metodologia, especialmente quando aportados no seio da “História das Resistências”, diligenciar uma explanação que disponha como uma de suas questões essenciais o debate sobre posicionamento teórico-político do Historiador, na ênfase que desde a década de 60 que a Escola Marxista Inglesa, formuladora da “História vista de baixo”, através dos seus maiores expoentes, sobremaneira Thompson e Hobsbawm, quebraram como o preconceito atinente a história dita ‘politicamente posicionada’, na clara recusa do ideário de uma absoluta imparcialidade no *modus faciendi* do historiador.

Paralelamente a isto, igualmente romper com aquela história dos grandes homens e acontecimentos, construindo uma concepção de História onde os antes excluídos da história ganham voz e vez, como similarmente propôs o crítico e filósofo alemão Walter Benjamin, em suas *Teses Sobre o Conceito de História*, já em 1940.

Na exigência apriorística de escrever a “História a contrapelo”, Benjamin também propõe uma metodologia para inquirição, onde interpreta-se, que uma investigação documental deva pautar-se pelo método do estranhamento, ou seja, a imprescindibilidade de escrutinar o documento para além de seu conteúdo aparente, sem o imediatismo da empatia com o vencedor (Cf. BENJAMIN, 1993)- aqui se refere não a batalhas ou guerras, mas a luta de classes -, que comumente corrobora e reproduz a versão de quem escreveu. É nessa perspectiva que Benjamin compreende que

Os lutadores do passado, aqueles que nos precederam na rebeldia, nos enviam sinais, que precisamos captar, para alimentarmos a débil força messiânica que nos foi concedida. A dimensão de continuidade na história (hegemonia conservadora) tem prevalecido e continua prevalecendo sobre a ruptura. O que precisamos fazer, então? Benjamin responde: escovar a história a contrapelo (KONDER, 2003).

Como constatou Le Goff, de maneira menos revolucionária, porém na mesma linha de compreensão, “reencontra-se a ideia fundamental do passado e do presente como construção, organização lógica, e não como dado bruto” (LE GOFF, 1990. p.208). É no entremeio desta busca por sinais, no âmbito documental, a partir da relação minuciosa com as fontes, que o historiador Carlo Ginzburg propõe sua História Indiciária, alegoricamente explicada através do método tapete, apresentando-nos uma historiografia tecelã.

Assim, “os fios que compõem uma pesquisa são os fios de um tapete; compõem uma trama que aumenta em densidade e homogeneidade à medida que vai sendo desvendada.” Para entender a coerência dos desenhos inscritos no tapete é necessário percorrê-lo com os olhos a partir de múltiplas direções, percebendo que as possibilidades são inesgotáveis.” “A leitura em sentido vertical produz uma gama de resultados que variam se ela for feita em sentido horizontal ou diagonal” (FREITAS, 1999. p.25).

Ginzburg (1993. p.170) explica que “o tapete é o paradigma que chamamos a cada vez, conforme os contextos, de venatório, divinatório, indiciário ou semiótico. Trata-se, como é claro, de adjetivos não sinônimos, que, no entanto remetem a um modelo epistemológico comum, articulado em disciplinas diferentes, muitas vezes ligadas entre si pelo empréstimo de métodos ou termos-chave.”

É o mesmo princípio exposto pelo historiador italiano no seu livro *Relações de Força: História, retórica, prova*, no qual segue a mesma lógica do padrão indiciário-investigativo, no entanto, conferindo maior ênfase ao discurso, ou mais propriamente a retórica. Atentando para a escrita enquanto arma ideológica, e alertando para não tomada das palavras como verdade, mas sim buscar elementos para indagar aos documentos, exteriores ao

próprio, entretanto que o compõem, como por exemplo: o contexto, quem o escreveu, etc. Sendo caro para o Historiador construir sua metodologia com princípios fundamentados na inquirição profunda que possibilite a transcendência do aparente contido no documento.

Outro debate imprescindível é o da objetividade na história, mais especificamente para sua escrita, nesse sentido - enquanto esclarecimento - Jörn Rüsen aponta que esta objetividade “fixa um limite à interpretação histórica. Ela é um critério de validade que torna o pensamento histórico e a historiografia plausíveis, isto é, uma certa forma de pretensão de verdade, intimamente relacionada com a racionalização do pensamento histórico e com seu caráter acadêmico, para não dizer científico (RÜSEN, 1996. p.79). “Ela significa uma determinada relação da representação histórica com a experiência do passado” (Idem. p.81).

Assim, apreende-se, a enorme responsabilidade do Historiador, da necessidade do rigor metodológico, e particularmente, de seu papel enquanto pesquisador e conseqüente agente político via produção historiográfica e construção e/ou reconstrução da história. Sendo salutar, sobremaneira quando se estuda períodos de repressão, como é o caso da ditadura militar brasileira, o claro posicionamento político-ideológico sobre os fatos ocorridos, sem evidentemente, atentar contra o rigor metodológico e imparcialidade dos estudos e resultados aferidos na consecução da pesquisa empreendida.

## **REFERÊNCIAS**

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Tradução de Clovis Marques. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **1964 e o Nordeste: Golpe, Revolução ou Contra-revolução?**. São Paulo: Contexto, 1989.
- APEJE - Arquivo Estadual Jordão Emereciano: Juventude Universitária Católica (JUC), Fundo SSP/DOPS, Prontuário nº 26.637.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **40 Anos do Golpe Militar: Oportunidade para uma reflexão Histórica e Historiográfica Sobre a Ditadura e a Repressão no Brasil**. Dimensões. v. 16 – 2004.
- BENEVIDES, Sílvio César Oliveira. **Na Contramão do Poder: Juventude e Movimento Estudantil**. São Paulo: Annablume, 2006.
- BENJAMIN. Walter. Sobre o Conceito de História. In: \_\_\_\_\_. **Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993.

- BOBBIO, Norberto. MATEUCCI, Nicola et al. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. da UnB, 1992.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos** - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
- BRITO, Antonio Mauricio Freitas. **O Golpe de 1964, o Movimento Estudantil na UFBA e a Resistência à Ditadura Militar (1964-1968)** - Salvador, 2008. Tese (doutorado) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
- BUARQUE, Cristovam. “Escola de Cidadania”. In: **Outras Histórias: Memórias da Escola de Engenharia. 100 anos (1895-1995)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1995.
- CARMO, Paulo Sérgio do. **Culturas da Rebeldia: A Juventude em Questão**. 2ª Ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2003.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Os Arquivos da Polícia Política Brasileira: Uma Alternativa Para os Estudos de História do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: PROIN – Projeto Integrado Arquivo Público do Estado/USP.
- CAVALARI, Rosa Maria F. **Os Limites do Movimento Estudantil: 1964-1980**. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1987.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Doutrinas de Segurança Nacional: Banalizando a Violência**. Psicologia em Estudo. DPI/CCH/UEM, v. 5, n. 2, 2000.
- CUNHA, A. G. da. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- FICO, Carlos. **A Ditadura Documentada: Acervos Desclassificados do Regime Militar Brasileiro**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 21, no.2, jul/dez, 2008.
- FOUCAULT *apud* ALVIM, Davis M.. **Pensamento Indomado: História, Poder e Resistência em Michel Foucault e Gilles Deleuze**. Dimensões, vol. 24, 1010, p. 196.
- FREITAS, Marcos Cezar de. **Da Micro História à História das Ideias**. São Paulo: Cortez /USF-IFAN, 1999.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. “**A História das Resistências pelos Arquivos da Repressão. A Esquerda Judaica em São Paulo**”. In MARTINS, Ismênia de Lima. et al. História e Cidadania. São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH-USP; ANPUH, 1998.
- JACCOUD, Luciana de Barros. “**A Frente do Recife e os Governos Democráticos de Pernambuco (1955-1964)**”. In BEZERRA, Rafael Santana. BEZERRA, Aurélio de Menezes.

- FERREIRA, Maicon Mauricio Vasconcelos (Orgs.). **Manifestações Operárias e Socialistas em Pernambuco**. Recife: NEEPD, 2012.
- KONDER, Leandro. **Benjamin e o Marxismo**. Alea - vol.5, nº.2 - Rio de Janeiro Jul/Dez. 2003.
- LE GOFF, Jacques, **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. Editora da UNICAMP: Campinas, SP, 1990.
- LÖWY, Michael. “Cristianismo da Libertação e Marxismo: De 1960 a Nossos Dias”. In FILHO, Daniel Aarão Reis. RIDENTI, Marcelo. **História do Marxismo no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A Lógica da Suspeição: Sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. Rev. bras. Hist. v. 17 n. 34 - São Paulo, 1997.
- MARCUSE, Herbert. **Contra Revolução e Revolta**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- OLIVEIRA, Daniele Teles de. **Movimento Estudantil em Belo Horizonte: Ações e reações dos estudantes ao decreto-lei 477 (1969-1979)**. e-hum, Belo Horizonte, vol.3, no.2, 2010.
- POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem: História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros**. 5. Ed. ilustrada, rev., ampl., e atual. Rio de Janeiro: Toplink, 2004.
- REIS FILHO, Daniel. SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução: Documentos Políticos das Organizações Clandestinas de Esquerda dos Anos 1961-1971**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- RÜSEN Jörn. **Narratividade e Objetividade nas Ciências Históricas**. Textos de História. v.4, nº 1 (1996).
- SARAIVA, Lurildo Ribeiro. **Água Braba: Nos tempos da Ditadura Civil Militar**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- VALLE. Maria Ribeiro do. **A Violência Revolucionária em Hannah Arendt e Herbert Marcuse: Raízes e Polarizações**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- ZANETI, Hermes. **Juventude e Revolução: Uma Investigação Sobre a Atitude Revolucionária no Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.



## Notas

---

<sup>1</sup> Instituídos através do decreto lei através do Decreto Lei nº. 53.897, de 27 de abril de 1964, “constituíam o mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e a eliminação do ‘inimigo interno’”. Ver CAVALARI, 1987.p.113

<sup>2</sup> A Ideologia da Doutrina de Segurança Nacional consistia num “instrumento utilizado pelas classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não-democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente. (...) Seu caráter totalizador conduz a uma dinâmica de controle absoluto, à busca de absoluta segurança. Em nome do anticomunismo, a Doutrina de Segurança Nacional, com sua ênfase na segurança interna, leva inexoravelmente ao abuso do poder, à prisões arbitrárias, à tortura e à supressão de toda liberdade de expressão. Ela tende a recriar um tipo de Estado que o General Golbery chama o novo *Leviatã*, o Estado Universal (...), o *Leviatã supremo, senhor absoluto e incontestável da Terra* e do espírito humano”. (grifo da autora). Bem como “constituiu um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e **subversão interna**, uma teoria do papel do Brasil na política mundial e seu potencial geopolítico com potência mundial, e um modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente que combina elementos da escola Keinesiana ao capitalismo de Estado.” (grifo nosso) In ALVES, 1984. pp.23,27.26.